PROFISSÃO DOCENTE

A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO DOCENTE

LUCILENE BATISTA MARIANO DE OLIVEIRA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar as características da formação e da profissionalização do docente. Por se tratar de uma profissão que abrange um largo leque de aspectos, tendo como destaque os saberes oriundos das prática, que integram as propostas atuais de formação e a pluralidade de saberes necessários a tal prática em contextos como os do cotidiano escolar. Será apresentado uma evolução histórica para entendermos como a profissão chegou nesta atual fase. Considerações serão realizadas acerca do professor reflexivo, para tanto, serão salientadas as principais conclusões e sugestões de estudos sobre a prática reflexiva. Os tempos são de mudanças e os papéis mudam, devendo o professor ter sempre atenção a estas questões.

PALAVRAS CHAVE: Formação docente; Profissionalização docente; Legislação .

INTRODUÇÃO

O ser professor no contexto atual, exige certa ousadia aliada a diferentes saberes. Na era do conhecimento e numa época de mudanças, a questão da formação dos professores vêm assumindo uma posição de urgência nos espaços escolares. Com tal perspectiva, a formação continuada associa- se ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar. Além disso, a formação relaciona-se também à ideia de aprendizagem constante no sentido de provocar inovação na construção de novos conhecimentos que darão suporte teórico ao trabalho docente.

Como vivemos num contexto de profundas transformações culturais, epistemológicas, ideológicas, sociais e profissionais, a preocupação com os processos formais e não formais pelos quais os professores aprendem a ensinar continuam sendo relevantes.

Cabe lembrar Freire (1996) ao expressar que o ensinar não se limita apenas em transferir conhecimentos, senão também no desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo. E ainda de acordo com Demo (2000), a pedra de toque da qualidade educativa é o professor visto como alguém que aprende a aprender, alguém que pensa, forma-se e informa-se, na perspectiva da transformação do contexto em que atua como profissional da educação.

1. Evolução histórica da profissão docente

Começa-se por falar de ensino a partir do século XVI. Começou a cargo das congregações religiosas, com especial destaque para os jesuítas. O ensino estava fortemente ligado ao poder clerical sendo os professores na maior parte das vezes também sacerdotes. Este tipo de ensino prolongou-se até aproximadamente ao século XVIII. Só estava reservado a uma elite e servia meramente como actividade acessória.

A partir do século XVIII começou uma grande mudança no ensino. Este passou das mãos do Clero para o poder do Estado. Esta mudança não foi estabelecida de uma maneira muito brusca. Foi o Marquês de Pombal quem inaugurou na Europa as reformas estatais de ensino. A sua grande preocupação foi a de constituir um corpo laico de professores que pudessem servir de agentes do estado nas diversas localidades e povoações do país, essencialmente passar a tutela do ensino para o Estado. A intervenção do Estado vai provocar uma homogeneização, uma unificação e uma hierarquização à escala nacional, de todos estes grupos, os professores aparecem, então como corpo profissional. A elaboração de um conjunto de normas e de valores é largamente influenciada por crenças e atitudes morais e religiosas. A princípio, os professores aderem a uma ética e a um sistema normativo essencialmente religiosos.

No século XIX a expansão escolar acentua-se sob a pressão de uma procura social cada vez mais forte: "a instrução foi encarada como sinónimo de superioridade social, mas era apenas o seu corolário" (Furet e Ozouf, 1977). As escolas responsáveis pela formação dos professores começam a surgir e os professores adquirem um estatuto social. Este esta-

tuto não está inserido nos outros já presentes, visto eles não estarem propriamente relacionados com o clero, nobreza, povo ou burguesia. Mas a comunidade tem bem presente a sua importância e a necessidade de criar boas condições para eles.

A visão de que os professores são necessários para uma evolução do país torna-se cada vez mais presente. Assim, procurou-se fazer da educação o instrumento político de afirmação como regime. Elaboram-se políticas de combate ao analfabetismo e tentou-se criar uma nova consciência cívica.

2. Formação do Professor

A sociedade exige, crescentemente, um professor qualificado, tanto nos planos científico e tecnológico como nos planos culturais e pedagógico. Só através de uma qualificação adequada, o professor terá condições de desempenhar eficazmente as funções que lhe compete, quer no sistema educativo quer na sociedade.

Sabe-se que a formação do professor é um processo que ocupará toda a duração da sua actividade profissional, distinguindo-se três grandes componentes estruturais: a formação inicial, a formação contínua e a formação especializada.

No entanto nenhuma destes componentes age isoladamente, a sua articulação com os restantes é inevitável, interferindo-se sistematicamente em seus campos específicos. Em termos de organização institucional da formação, significa isto, por exemplo, que a formação inicial deve logo pressupor o seu desenvolvimento na formação contínua e a sua diversificação na formação especializada.

Sentir-se professor ou assumir-se como professor é o resultado de um processo evolutivo, construído diariamente ao longo dos anos, desde o momento da opção pela profissão docente, à custa, fundamentalmente, de um saber experiencial, resultante do modo como os professores se apropriam dos saberes de que são portadores, que deverão reconceptualizar; da capacidade de autonomia com que exercem a sua actividade; e do sentimento de que controlam o seu trabalho (Nóvoa, 1992).

O desenvolvimento profissional dos professores, que paulatinamente se processa ao longo das respectivas carreiras, depende de aspectos contextuais, indissociáveis da sua condição de pessoas, que se afirma e modifica em função do modo como percebem os outros e as relações interpessoais que com eles estabelecem, assim como da representação que têm de si próprios, como pessoas e profissionais (Abraham, 1972).

3. Profissionalização e suas Características

Perrenoud, citado por Oliveira (2007), define profissionalização sob dois pontos de vista. O primeiro denominado estático como sendo o grau em que um ofício manifesta as características de uma profissão; e o segundo seria um movimento dinâmico porque expressa o grau de avanço da transformação estrutural de um ofício, no sentido de uma profissão. Outra definição trazida por Nóvoa (1992), complementa a intenção que se busca por meio desse texto: “A profissionalização é um processo, através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam os seus rendimentos e aumentam o seu poder, a sua autonomia (p. 23).

Sendo assim o profissional professor pode ser considerado como um teórico- prático que adquiriu por meio de muito estudo e pelo desenvolvimento de suas vivências em sala de aula, o status e a capacidade para realizar com autonomia, responsabilidade e ousadia sua função. Além disso, o profissional professor é também uma pessoa em relação e evolução em que o saber da experiência lhe pode conferir maior autonomia profissional, juntamente com outras competências que viabilizam a sua profissão. Torna-se claro que os vocábulos “formação e profissionalização” estão intimamente imbricados e se complementam na relação que perfaz todo o trabalho do professor.

Nóvoa (1992) sinaliza ainda que para a formação de professores, é indispensável que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente. Além disso, que o trabalho possibilite e favoreça espaço de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, promova os seus saberes e seja um componente de mudança. Isto exige estudo e abertura para os desafios e persistência na busca do conhecimento. A profissão docente é um renovar-se todos os dias.

Relacionar os dois temas a partir da legislação e dos autores, demonstra a necessidade de a formação integrar-se à profissionalização de forma consciente e humanizada.

Por isso, a educação continuada pode ocorrer além de escolas e universidades, em qualquer outro ambiente que traga um aprendizado. Pode ser em casa, no trabalho, no lazer. Proporcionar que os professores se atualizem e desenvolvam seus saberes, permitem-lhes articular teoria e prática, ou seja, unem conhecimentos científicos adquiridos na Universidade aliados à prática diária em sala de aula.

Entende-se, assim, que ser educador é educar-se constantemente por meio de aprendizado em que o conhecimento construído resulta em novas relações com outros conhecimentos que, por sua vez, geram novas construções. Desse modo, a profissão docente renova-se todos os dias. Masetto (1994 p. 96) aponta para algumas características para a formação do professor, a saber:

[...] inquietação, curiosidade e pesquisa. O conhecimento não está acabado; exploração de "seu" saber provindo da experiência através da pesquisa e reflexão sobre a mesma; domínio de área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral; superação da fragmentação do conhecimento em direção ao holismo, ao inter-relacionamento dos saberes, a interdisciplinaridade; identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento (telemática); domínio, valorização e uso dos novos recursos de acesso ao conhecimento (informática); abertura para uma formação continuada.

Sacristán (1998) ilustra ao afirmar que esta é uma das pedras angulares imprescindíveis a qualquer intento de renovação do sistema educativo. Discutir, então, sobre a formação do professor é discutir como manter o domínio e a qualidade do conhecimento e das técnicas que envolvem a profissão docente, a competência e a eficácia profissional. A preocupação com o desenvolvimento de uma ação educativa capaz de preparar alunos para a compreensão e transformação da sociedade, constitui um compromisso com o processo.

4. Caminhos legais

Nas últimas décadas do século XX, um conjunto de movimentos sociais se mobilizou em prol de uma educação voltada para a transformação social. O texto constitucional de 1988, atendendo aos anseios da sociedade civil, assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família (BRASIL, 2010). Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões pessoal, histórica, política e social.

A Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros aspectos, dispôs de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, vale verificar a antiga orientação in verbis:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far- se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Observa-se que a LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino promover aperfeiçoamento profissional continuado. Ao mesmo tempo em que estabeleceu a associação entre teorias e práticas, mediante a formação contínua, e o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais da educação.

Em 2002, O Conselho Nacional de Educação, CNE, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Na redação, percebe-se também a articulação entre os termos formação e profissional ou ainda exercício profissional, como, por exemplo, o artigo 9º:

A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no locus institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício pro-

fissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria (CNE, 2002).

Percebe-se que a legislação está voltada para a formação básica do professor, porém o presente artigo ocupar-se-á da formação na sua dimensão global. É certo que o profissional para exercer o papel de professor deverá, de acordo com a legislação vigente no Brasil, se capacitar para exercer suas atividades de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Além disso, manter-se constantemente atualizado e dispor de tempo para elaborar de forma mais detalhada seus materiais de trabalho, assim como planejar o trabalho pedagógico.

O ser humano, portanto, nesse caso específico, o profissional da educação, deve fundamentar-se e buscar apoio através dos processos que envolvem a consciência da condição de 'Aprendiz' da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As legislações nacionais indicam que a profissionalização do educador está intimamente relacionada à sua formação, inicial e continuada, fazendo crer que o caminho para a profissionalização está pautado em um tripé: formação, participação e experiência, ou seja, pressupondo a reunião de requisitos passados e presentes. Por outro lado, ao mesmo tempo em que indicam quem é profissional da educação, deixam a desejar quando têm que especificamente determinar em quais aspectos o profissional passará a ser valorizado a partir da aquisição dessa formação.

Alinhando com os objetivos que foram traçados para o desenvolvimento deste artigo, como o de identificar as características da formação docente por meio da legislação e teóricos; identificar os aspectos relativos à profissionalização docente na contemporaneidade; caracterizar a relação existente entre a formação e a profissionalização docente, pode-se deduzir que a formação e a profissionalização docente constituem um processo contínuo e inacabado, sempre em movimento. Numa sociedade globalizada e planetária, a formação e profissionalização dos professores ainda são deficitárias em relação ao desenvolvimento histórico da educação e a complexidade da sociedade em que vivemos.

Na perspectiva da formação, é preciso aprender continuamente como ver a realidade, uma vez que é na prática, na troca de saberes, na ousadia da busca que se dá o aprendizado mútuo. Desse modo, é possível que o professor torne-se um agente capaz de gerir o seu próprio fazer, alguém pró-ativo, capaz de criar, relacionar, argumentar e participando no espaço escolar. Não se pretende esgotar o assunto, pois ele possui um espectro enorme para ser aprofundado na perspectiva da dinamicidade constante e persistente que envolve a formação e a profissionalização docente. Assim, percebeu-se que há uma cumplicidade entre os teóricos com relação à formação e a profissionalização por serem termos que se dispõem e se complementam na trajetória docente. Porém, sugere-se um olhar mais atento à prática educativa inter-relacionada e integrada, seja por meio de grupos de pesquisa ou outras atividades afins que propiciem a ampliação de conhecimentos junto aos docentes.

REFERÊNCIAS

. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 de agosto 2020.

ARAÚJO, H.C. (1985). Profissionalismo e Ensino in Cadernos de Ciências Sociais, n.º3, Lisboa;

BENAVENTE, A. (1991). Escola, Professores e Processos de Mudança. Lisboa: Livros Horizonte;

CORREIA, J.A.. Inovação Pedagógica e Formação de Professores, Colecção Biblioteca Básica de Educação e Ensino;

CUNHA, M.I.(1984). O bom professor e a sua prática, Papirus Editora, Campinas;

ESTEVE, J.M. (1992). O mal estar docente, Lisboa, Escher;

ME/DES (1995). O Professor Aprendiz criar o futuro. Porto: ME/DES;

NETO-MENDES (1995). Profissionalismo docente em debate, in Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação, n.º10;

NÓVOA, A. (1989). Os professores: Quem são?, Donde vêm?, Para onde vão?, ISEF, Lisboa;